

—E

# Diplomacia em tempos de guerra

A relação conflituosa de Salazar com os três embaixadores portugueses em Berlim durante a II Guerra Mundial

DIPLOMACIA Francisco Nobre Guedes, em setembro de 1940, saindo da chancelaria do Reich depois de ter apresentado as suas credenciais



TEXTO  
MARGARIDA RAMALHO

# B

Berlim sempre fora considerada um posto trabalhoso em termos diplomáticos. A chegada de Hitler ao poder, em 1933, a consolidação do nazismo e o deflagrar da II Guerra Mundial, em setembro de 1939, ainda complicaram mais as coisas. Contrariamente ao que Salazar desejaria, e por razões diversas, a legação portuguesa na capital do Reich não teve grande estabilidade durante os anos da guerra — nesse período, houve três ministros plenipotenciários: Alberto da Veiga Simões, Francisco Nobre Guedes e Pedro Tovar de Lemos. O primeiro, um intelectual da geração de Jaime Cortesão e António Sérgio — como o definiu o historiador Diogo Ramada Curto (Expresso 28/10/2017) —, permaneceu em Berlim durante sete anos (1933-1940), até à sua saída inevitável. O segundo, uma aposta pessoal de Salazar, era um homem do regime, germanófilo convicto, deputado da União Nacional e antigo comissário da Mocidade Portuguesa. Contudo, acabará por ser exonerado, a seu pedido, apenas sete meses depois de tomar posse (1940-1941). Será por isso Tovar de Lemos, o conde de Tovar, de quem Salazar não gostava particularmente, que acabará por representar Portugal até à desintegração do III Reich.

Dos arquivos da legação portuguesa em Berlim pouca documentação sobreviveu, não só devido à guerra mas também por uma boa parte dela ter sido intencionalmente destruída, em 1945, como referirá Manuel Homem de Melo, que foi segundo secretário da embaixada portuguesa em Berlim. “Os papéis estavam intactos (eu próprio, cerca de ano e meio depois, destruiria os mais importantes, por ordem de Tovar).” No Arquivo Histórico e Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros encontram-se, sobretudo, os telegramas expedidos e recebidos. Há, no entanto outras fontes, como as cartas enviadas por estes diplomatas a Salazar.

Tivemos ainda acesso ainda a um extenso e amargo relato, nunca publicado, datado de 1943, deixado por Francisco Nobre Guedes e que se encontra na posse dos seus netos. Aí, não só explica todo o processo da sua ida para Berlim e as razões por que desistiu do cargo, como faz um retrato cáustico da política portuguesa e de algumas figuras públicas, nomeadamente do próprio chefe do Governo e ministro dos Negócios Estrangeiros. Este relato, de cerca de duzentas páginas, destinado apenas à família e a alguns íntimos, não deixa de

ser um ajuste de contas com o regime que, mal ou bem, defendera, mas que o repudiara após a exoneração do corpo diplomático. “Não procurei a divulgação de coisa alguma, a não ser às pessoas que me pediram explicações. Calar-me para sempre, é impossível. Sinto-me no direito de uma desforra simples: contar a verdade. Quando? O problema do tempo não conta. Tenho a certeza de que a hora chegará. Não tenho em vista o desabafar de um escândalo público. Não está no meu feitio. É possível que venha a imprimir-se o escrito, mas destiná-lo-ei, apenas, a algumas pessoas, umas que considero, e outras que, além disso, estimo.”

Para a reconstrução do que se terá passado em Berlim, durante estes anos, e além deste relato, dos telegramas do MNE e de algumas cartas privadas, foram também importantes a documentação e as fotografias, na posse dos netos do diplomata Manuel Homem de Melo, que entre 1940 e 1945 esteve em Berlim como 2º secretário. Dele é também um livro de memórias, publicado, em 1970, pela Vega (com reedição em 1982) “Eu Vi Morrer o III Reich”, no qual se refere aos três ministros que, entre 1940 e 1945, passaram por Berlim.

O diplomata de carreira e ministro plenipotenciário de 1ª classe Alberto da Veiga Simões chegara à capital alemã em 1933. Homem de Melo define-o como “um dos diplomatas portugueses com mais categoria”. Mesmo sendo extremamente crítico do nacional-socialismo, terá ao longo desses sete anos desempenhado corretamente o seu papel. Em 1938, à medida que as posições do Reich endureciam e se tornavam claros os seus planos expansionistas — relembre-se que o *Anschluss*, a anexação da Áustria, tivera lugar em março desse ano e que Hitler já deitava os olhos para a Checoslováquia — e se perfilava a inevitabilidade de uma nova guerra, Veiga Simões começa a ressentir-se do ambiente em que vivia, além de estar alarmado com a doença óssea da mulher, devido à ausência de sol. Nesse sentido, escreve, a 17 de julho desse ano, ao chefe do Governo: “Vª Exª não pode imaginar o que seja para mim com anos de trabalho exaustivo e cheio de apreensões numa atmosfera de angústia; e para ela verões sem sol agravando o seu estado de saúde a ponto de os médicos só depois desse tratamento decidem se podemos sequer passar aqui outro inverno”.

Sensível à questão judaica terá visado dezenas de passaportes de judeus — já com vistos para outros países — e permitido que o seu chanceler e os consulados dele dependentes fizessem o mesmo. Contudo, o seu posicionamento, nesta questão, era ambíguo como se pode inferir dos alertas que faz ao Governo português. Por telegrama de 7 de setembro de 1938, Veiga Simões avisa Lisboa de que o governo do Reich estava a ponderar deixar sair todos os judeus com a condição de não regressarem. A acontecer, escreve o ministro, “pode dar lugar à invasão em massa de judeus alemães a que as autoridades portuguesas não possam opor-se senão por medidas especiais. Proponho por isso a Vª Exª que se notifique desde já este Governo que todos os passaportes alemães em que esteja aposto esse carimbo especial ‘o portador é emigrante’ que a saída definitiva Alemanha carece sempre do visto de cônsules de Portugal a quem darei instruções convenientes”.

Em novembro desse ano verifica-se o recrudescimento das perseguições, após a chamada Noite de Cristal (destruição de sinagogas e bem judaicos,

bem como prisão em massa de milhares de judeus após um atentado em Paris contra um diplomata alemão, levada a cabo por jovem semita). Veiga Simões envia a Salazar, a 29 de novembro, um extenso relatório sobre o ambiente de terror que se vivia na Alemanha. Porém, não deixa de referir que “a grande massa dos emigrantes é, pois constituída pelos portadores de passaportes marcados com um J, a quem a vida é aqui literalmente impossível, e é a esses portanto que se torna necessário de momento [sublinho no original] aplicar as medidas de restrição e escolha que o visto consular permite efetuar”. Propõe, ainda, caso a Alemanha decida, para facilitar a emigração de judeus, passar passaportes “sem qualquer indicação” de que Portugal denuncie o existente “acordo sobre a supressão de vistos”.

No relatório, o diplomata defendia que, por conhecerem melhor a situação dos candidatos a vistos portugueses, estes deveriam ser decididos pela legação e seus consulados e não pela Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) que se encontrava em Lisboa. Depreende-se que, mesmo sem ter recebido qualquer anuência em relação a este ponto, o estaria já a aplicar, pois no final desse ano Salazar enviava-lhe o seguinte telegrama: “Polícia informa que consulado em Berlim está concedendo vistos passaportes judeus alemães sem consulta prévia polícia portuguesa, chanceler do consulado passa também declarações aos interessados de que não vê inconvenientes sua vinda para Portugal. Rogo Vª Exª se sirva ordenar cessação imediata destas práticas”.

O chanceler era Bento José Ferreira Machado e não é provável que passasse os vistos sem autorização superior. Contudo, como refere Homem de Melo no seu livro, seria exclusivamente sua a decisão de não cobrar emolumentos especiais. “Machado era excecionalmente inteligente e culto, além de bom conversador. (...) Teve, então um trabalho esgotante, ao visar centenas de passaportes de judeus alemães que haviam recebido autorização para emigrar para os Estados Unidos, via Lisboa. Passou não poucas noites a trabalhar, para que esses judeus não perdessem a oportunidade de sair da Alemanha. E não cobrou quaisquer emolumentos extraordinários, como previa o Regulamento Consular. Deixara assim de receber milhares de marcos (os emolumentos extraordinários são muito elevados, mormente os que se referem a vistos concedidos durante a noite) que lhe teriam sido úteis, pois o seu ordenado era baixo e ele tinha de fazer traduções para viver mais desafogadamente. A sua bondade levava-o a não querer ter sequer a impressão de que ‘explorava’ os judeus”.

Em janeiro de 1939 há nova chamada de atenção, por parte da PVDE, desta vez para a atuação do cônsul-geral em Hamburgo, Augusto Ribeiro de Melo, que estava a visar passaportes de judeus para Portugal e ilhas, por mais de 30 dias, o que não era permitido. Este desculpar-se-ia dizendo que o tinha feito com conhecimento prévio do ministro em Berlim... Em maior ou menor escala — relembre-se, por exemplo, em 1944, os cerca de mil judeus salvos em Budapeste pelo embaixador Sampaio Garrido e pelo Encarregado de Negócios Teixeira Branquinho. Muitos foram os diplomatas portugueses, bastantes ainda por identificar, que tentaram contornar as proibições vindas de Lisboa no que respeitava à emissão de vistos. Tenha-se a posição que se tiver

**CUMPRIMENTOS** Conde de Tovar assinando os cumprimentos do novo ano ao chanceler da Alemanha, Adolf Hitler, em 1945



COL. HOMEM DE MELO



COL. HOMEM DE MELO

**CONVÍVIO** Apesar da guerra, Manuel Homem de Melo soube manter fortes laços de amizade durante a sua estada em Berlim (1941)

em relação à figura de Aristides de Sousa Mendes é inegável que em termos mundiais e à luz da investigação histórica conhecida este diplomata foi quem mais pessoas salvou a título individual durante a II Guerra Mundial.

A invasão da Polónia, em setembro de 1939, dava o tiro de partida para a guerra. Até 9 de abril do ano seguinte as potências beligerantes pareciam mais ou menos equilibradas e a ação militar circunscrevia-se quase só ao Atlântico. A invasão da Noruega e da Dinamarca, a que se seguiu, um mês depois, a da Holanda, Bélgica, Luxemburgo e finalmente a capitulação francesa, em junho de 1940, deixavam a Inglaterra sozinha perante o colosso alemão que parecia imparável. É neste contexto que a 2 de julho de 1940, Lisboa fazia saber a Veiga Simões que iria ser substituído e que tinha de regressar imediatamente.

Apanhado de surpresa, o embaixador que acabara de comprar uma série de móveis para decorar condignamente a sua casa no novo edifício da legação, tenta falar ao telefone com a eminência parda do Ministério e braço direito de Salazar, o secretário-geral Teixeira de Sampaio. Como a ligação telefónica estava péssima, envia no dia seguinte um telegrama explicando-lhe a situação. Devido à guerra era impossível conseguir de repente oito

vagões para transportar tudo para Lisboa, além do valor exorbitante que tal transporte teria, e pedia tempo para se desfazer dos móveis. “Suponho por isso merecer que Governo queira considerar todos estes factos e sem prejuízo movimento de pessoal que entenda fazer os procure conjugar com situação pessoal material e moral funcionário aqui o serviu tais condições.” Em Lisboa, ninguém se comoveu e no dia seguinte novo telegrama mandava-o regressar sem delongas. Veiga Simões, desesperado, protela a ida.

Em outubro, já depois da substituição consumada, Veiga Simões continua, em Berlim. Através do 1º secretário da legação, Álvaro Marques, envia outro telegrama. “Nas atuais circunstâncias não me é possível abandonar aqui estes valores. Desde que serviços que aqui prestei não mereceram de Vª Exª a minha saída para outro posto eles serão amanhã o meu pão e o de alguém que aqui contraiu doença ainda não sei se curável; são portanto para mim sagrados porque representam meios de poder tratar essa doença. Venda dessa massa móveis iniciada em leilão dia 30 foi por virtude circunstâncias atuais oficialmente adiada (...). O seu estado de saúde, atestado por vários médicos, deteriora-se e pede autorização para se ir tratar à Suíça.” A resposta chega, seca, a 29 de outubro: “Vida particular Vª Exª não interessa ao Estado que por eles não pode alterar resoluções de fazer retirar paiz onde estava acreditado ministro substituído, nem por eles pode funcionário deixar de cumprir ordens que recebe. Deve pois Vª Exª dirigir-se imediatamente a esta capital”. Veiga Simões fica. No dia 7 de

novembro, chega novo telegrama à legação. “Queira comunicar doutor Veiga Simões que por despacho de hoje depois de inteirado telegrama que Vª Exª transmitiu sob nº 169 o suspendi do exercício e vencimentos e que lhe foi mandado instaurar processo disciplinar. Licença pedida para permanecer no estrangeiro recusada.” Encerrava-se assim, ingloriamente a sua estada em Berlim.

É Homem de Melo quem explica as razões desta súbita substituição. “Além de ser um grande amigo da França, Veiga Simões era declaradamente hostil ao nacional-socialismo e mantinha em Berlim estreitos contactos com a resistência alemã a Hitler. Foi, possivelmente, através destes contactos que o ministro português soube de boa fonte, que o Führer tinha decidido atacar a França contornando a Linha Maginot, o que significava que lançaria os seus exércitos sobre a Holanda e a Bélgica. Logo que obteve estas informações, apressou-se a partir para Paris em viagem particular — quase secreta — a fim de avisar o Governo francês. (...) o gesto deste merece a simpatia de quem viu de perto o que era o nazismo e de quem, depois da guerra, deparou com os vestígios das sua atrocidades. Na altura, porém, a diligência secreta do ministro de Portugal em Berlim podia colocar-nos numa situação delicada (...) e mesmo que Berlim não tomasse qualquer iniciativa, os contactos entre as duas capitais tornar-se-iam impossíveis por intermédio de Veiga Simões.”

Assim, e antes que o Governo alemão o pudesse considerar *persona non grata*, Salazar, que soubera do caso, apressa-se a substituí-lo pelo engenheiro Francisco Nobre Guedes. Este, embora não fosse

diplomata de carreira, era um homem, que, pensava ele, não lhe iria dar esse tipo de problemas. Dar-lhe-ia outros. A escolha fora baseada no perfil de Nobre Guedes. Culto e desafrontado, o engenheiro era conhecido por ser pró-germânico (era mesmo membro do Clube Alemão em Lisboa) e tinha, desde que criara a Mocidade Portuguesa — organização juvenil inspirada na Juventude Hitleriana —, estreitos contactos com o III Reich. Parecia ser o candidato ideal para acalmar, se fosse caso disso, algumas dúvidas, se as houvesse, sobre a lealdade da representação diplomática portuguesa. Não foi. E a sua decisão, após a chegada a Berlim, em agosto de 1940, de renunciar ao cargo, deixará Salazar à beira de um verdadeiro ataque de nervos...

Desde há muito que o presidente do Conselho tentava atrair Nobre Guedes para a esfera do Governo tendo-o convidado várias vezes para assumir pastas (Comércio, Instrução e Interior). A todos os convites Nobre Guedes dissera que não, preferindo aceitar lugares mais discretos. A par de deputado da União Nacional foi, por exemplo, diretor-geral do Ensino Técnico e, depois da criação do Ministério de Educação, seu secretário-geral. O interesse pelo desporto fê-lo pertencer, desde 1918, ao Comité Olímpico Português, de que chegou a ser presidente nos anos 50. Foi fundador da Federação Portuguesa de Boxe e presidente da Federação de Atletismo. Será, por isso ele quem organizará, em Lisboa, a Mocidade Portuguesa, de que será o primeiro comissário (1936-1940). Sobre a sua passagem pela política (1929-1941), escreve o próprio: “Fui convidado várias vezes para os mais altos cargos e não os aceitei. Não pedi nunca um lugar de rendimento. Mas agir-se assim, na política, é motivo suficiente para que não se passe por ser exatamente o contrário. (...) O maior defeito do português é a inveja. Mal de raça ou de meio pequeno? (...) Desde que a política me levou a alguma saliência — por simples consequência de trabalho — o número dos meus inimigos aumentou”.

A 1 de julho de 1940, Salazar chamava-o, de urgência a sua casa. “A conversa foi relativamente curta. Depois de expostas algumas considerações sobre a gravidade do momento internacional, depois de salientar a inconveniência de manter no posto o ministro que estava, disse-me o presidente que o meu nome aparecera entre os que lhe foram lembrados no Conselho de Ministros e o adotara prontamente. E fez-me o convite.” Nobre Guedes, que nesse dia estava eufórico por um dos seus filhos ter conseguido passar no exame do 1º ano de Direito, que reprovara no ano anterior, e, sem ter

pensado seriamente no sarilho em que se estava a meter, responde-lhe: “Vª Exª tem-me convidado para alguns muito honrosos cargos e sempre me tenho recusado, do que não estou arrependido pela certeza de que outros os têm desempenhado melhor do que eu seria capaz; neste caso, dadas as circunstâncias especiais, estou às ordens de Vª Exª”. Salazar rejubila, e no dia seguinte é dada ordem de marcha a Veiga Simões.

Em escritos que deixou à família e nunca publicados, Francisco Nobre Guedes observava que Salazar não gostava de ser desobedecido. Um dia, quando alguém muito próximo lhe pediu ajuda para selecionar os melhores candidatos para o serviço que chefiava, respondeu: “Que te importam os homens desde que te obedecem?”. Esclarecedor. Refere também que qualquer ofensa, qualquer real ou pretensa desfeita ao chefe do Governo era, invariavelmente, punida *ad aeternum*. “A desforra, para não dizer o prazer da vingança, fez sempre parte do rol das imperfeições do filho da senhora Maria do Resgate (nome da mãe de Salazar)”. Cita vários exemplos. Um remonta a Coimbra, quando Salazar estudava e vivia em casa de uma tal D. Aurélia, mais conhecida por Camões, por ser estrábica. Como companheiros de casa tinha três estudantes lisboetas “de bolso farto, bem-nascidos, ansiosos de estroinice” que intimidavam e chocavam o “pobre-tão talentoso, arisco e ambicioso”. Anos mais tarde, um desses rapazes, que Nobre Guedes não nomeia, viria a ser diplomata. A sua carreira não foi facilitada já que Salazar jamais perderá uma oportunidade para “o diminuir ou lhe dificultar uma pretensão”.

#### CHEGADA A BERLIM

Só depois de Nobre Guedes ter chegado a Berlim a 20 de agosto com a mulher e um dos filhos é que se apercebe da gravidade do erro que cometera. Levar filhos pequenos para uma cidade que poderia ser bombardeada a qualquer momento era um perigo. Deixá-los em Lisboa sem os pais era impensável. Nem os mais velhos os poderiam acompanhar por isso lhes comprometer os estudos. Dois dias depois, envia um extenso relatório a Salazar. “Continha não só a estimativa, justificada pormenorizadamente, dos encargos da minha vida de família em Berlim, como a duma representação digna, considerações sobre a nossa posição diplomática anterior, necessidades de a melhorar, etc.” Pouco mais tempo terá, além de apresentar as suas credenciais na chancelaria do Reich, porque, como estava previamente combinado com o presidente do Conselho, regressa a Lisboa a 15 de setembro. E é confrontado com

os encargos que iria ter se deixasse a família, e as dificuldades e os perigos se insistisse em os levar.

Escreve uma longa carta a Salazar, onde assume ter sido precipitado ao aceitar o cargo. “É evidente que não devo desencaminhar a vida escolar dos meus três rapazes. Perderiam um ano na aprendizagem da língua e um deles teria de desviar-se da carreira que segue. Na hipótese do meu regresso antes de findos os cursos, como não tenho fortuna que me consentisse mantê-los lá, teria as maiores dificuldades em os inscrever, de novo, em escolas portuguesas e perderiam mais tempo. Arriscaria ainda não lhes contassem os cursos estrangeiros por oposição à lei. Quanto às pequenas e ao pequeno mais novo, também não é menos clara a impossibilidade de os levar comigo. Seria criminoso e poder-me-ia dar remorsos para a vida inteira. Basta que as circunstâncias se mantenham em Berlim, em matéria de bombardeamentos, para representar temeridade ter lá crianças, além do risco imediato, pelo efeito que isso pode ter no seu sistema nervoso. (...) mas não poderemos abandonar os filhos por largo prazo porque precisam de nós e não prescindimos da felicidade que nos dá a sua companhia.”

Nobre Guedes comete outro erro de cálculo ao não avaliar o perfil psicológico do destinatário da carta. “Se Vª Exª continuar a pensar que a minha estada em Berlim pode ter alguma vantagem, ali ficarei, mas não posso prometer mais do que até ao fim de março, impreterivelmente. Haverá tempo para prevenir convenientemente a substituição (...) Mas se Vª Exª vê que o sacrifício que vamos fazer da separação dos nossos filhos, sacrifício que é enorme, não tem utilidade, ficar-lhe-ia infinitamente grato, se me libertar desde já.” Não sabemos se alguém testemunhou a receção desta carta, mas não é difícil imaginar que Salazar, ao lê-la, terá como se diz na gíria “amarinhado pelas paredes”. Há uma certa ingenuidade em Nobre Guedes ao acreditar que Salazar — que não tinha família e nunca demonstrara ter qualquer interesse pelos problemas dos que trabalhavam para ele — o iria libertar de um posto altamente melindroso em tempo de guerra.

A resposta do presidente do Conselho não vai deixar margem para dúvidas. Nobre Guedes teria, com ou sem família de regressar a Berlim. “Sinto, verdadeiramente sinto que não tenha posto de começo as suas objeções que me fariam desistir imediatamente do convite. Agora já não podemos fugir a um desaire que em coisas de tanta delicadeza e melindre deve considerar-se grave, seja qual for a época da saída. Entendo todo o caso que sair neste momento é de tal forma incompreensível que não se pode admitir tal hipótese. Haverá que arrastar as coisas de qualquer modo, até que daqui a alguns meses se possa apresentar a saída ao público e ao Governo alemão de forma não totalmente desastrosa.”

Nobre Guedes, contudo, não desiste e em cartas subsequentes tenta fazer valer o seu ponto de vista, enquanto pede reforço de verba e de pessoal para levar a cabo a sua missão. Outro erro de cálculo. A 4 de outubro, Salazar respondia-lhe. “Cada ministro que parte a ocupar um posto — sobretudo se não é de carreira e não foi por isso habituado à modéstia das nossas representações no estrangeiro — tem naturalmente o seu plano de trabalho e instalação de serviços e supõe ingenuamente que no orçamento as dotações são destinadas não à suposta atividade normal dos postos, mas à atividade dos ministros. Grande parte

**“Vida particular Vª Exª não interessa ao Estado que por eles não pode alterar resoluções de fazer retirar paiz onde estava acreditado ministro substituído” — telegrama de Lisboa para o embaixador português em Berlim, em 1940**



COL. HOMEM DE MELO

**FIM** Vera Durra, a amiga judia que o casal Homem de Melo tentaria salvar, mas que acabaria assassinada num campo de extermínio. Ao lado, o busto do Presidente Carmona no meio dos escombros do edifício da legação portuguesa, na capital alemã, após ter sido bombardeada em novembro de 1943

do seu relatório que me enviou nasce deste estado de espírito que não discuto, mas que verifico.” Refere Homem de Melo que Salazar, “para deixar claro o seu desagrado, recusou-se a examinar todas as propostas referentes a inovações a introduzir na legação”, respondendo-lhe invariavelmente que “esses assuntos seriam tratados com o seu sucessor”.

De regresso a Berlim, Nobre Guedes, que já achava o orçamento da legação exíguo, vê-se confrontado, em janeiro de 1941, com um corte nos abonos. “O doutor Homem de Melo trouxe-me a notícia de que iam ser suspensos os abonos suplementares, para revisão. Para o meu caso isto representa perto de 400 dólares por mês, ou seja, qualquer coisa como 2000 marcos.” A suspensão destes abonos já teria ocorrido no passado e Nobre Guedes é avisado pelo 2º secretário que a regularização só deveria ocorrer em abril. Por “vingança” ou não, Salazar deixava à míngua o seu ministro em Berlim.

Nobre Guedes volta a escrever ao ministro dos Estrangeiros. “Mas Vª Exª não pode ter ninguém nestas circunstâncias. É uma vergonha para nós. Em casa vivemos com uma única criada, com cuidados de economia que nunca conhecemos tão apertados. À rua é raro irmos. Não vamos a um espetáculo, a um concerto, porque são tudo encargos. Aceitamos de longe em longe um almoço que não temos qualquer possibilidade de retribuir. A minha mulher não pode sequer fazer algumas visitas que são de uso, porque não tem casa para receber seja quem for.” Quem também fica ‘pendurado’ em Berlim na mesma altura sem dinheiro é o arquiteto Raul Lino, que superintendia as obras da nova legação e que, por falta do envio de verba, não consegue partir para Roma para onde o tinham mandado.

No final de fevereiro de 1941, Nobre Guedes aceita o convite da Hitleryugend para ir a Gamich



COL. HOMEM DE MELO

(Munique) assistir aos jogos internacionais de inverno. Segundo ele, este convite era uma distinção para o ministro de Portugal e que tinha a vantagem suplementar de o tirar de Berlim onde não podia continuara a recusar os inúmeros convites que recebia diariamente e “que não podia retribuir”. Será em Munique que Nobre Guedes vai tomar conhecimento de uma situação caricata.

Na sequência da notícia de uma possível invasão da Grã-Bretanha pela Alemanha, o jornal lisboeta “Diário de Notícias” lançara a ideia de que Portugal deveria receber crianças dos países beligerantes para as proteger do estado de guerra. O Governo, sem sondar primeiro os interessados, agarrou no desafio — não explicando, contudo, como as poderia ir buscar. Por razões diversas ambos os países declinaram a oferta. Os alemães, que se melindravam com facilidade, ofenderam-se mesmo achando que Portugal só se lembrara desta ação humanitária porque estavam em perigo crianças britânicas. Um funcionário português que trabalhava no Ministério da Propaganda alemão alerta Nobre Guedes de que a oferta do Governo português caíra muito mal e “havia a ideia de glosar o tema, atacando-o, numa das próximas emissões em língua portuguesa”. Nobre Guedes apressa-se a deitar água na fervura lembrando aos seus amigos alemães que “este facto, pelo contrário, devia ser grato à Alemanha, pelo reconhecimento tático do seu poder militar”. O facto é que o reparo de Nobre Guedes surtiu efeito e a emissão não foi para o ar.

De Gamich, Nobre Guedes — que avisara na legação e na chancelaria alemã que já de férias — regressa definitivamente a Lisboa, deixando Homem de Melo como Encarregado de Negócios até à chegada do novo 1º secretário. Achando que o assunto já tinha sido suficientemente falado com o presidente do Conselho, não lhe envia, como era devido, um telegrama prévio a pedir autorização para a viagem de regresso. Se o tivesse feito, teria recebido uma resposta negativa e teria sido obrigado a esperar que Salazar se decidisse a deixá-lo regressar. Em Lisboa, onde chega por volta do dia 14 de março, escreve ao presidente do Conselho uma carta que terminava assim: “Aqui me tem Vª Exª ao

seu dispor. Não darei um passo, não irei sequer ao Ministério sem receber ordens de Vª Exª”. Em resposta recebe um cartão para que se apresente no Ministério para requerer a sua exoneração. Nos dias que se seguem chegam-lhe rumores de que qualquer coisa se preparava contra ele, na sombra. Não acreditou. Mas foi o que aconteceu.

Como alegadamente tinha regressado sem autorização, esse será o pretexto usado pelo chefe do Governo para o obrigar também a demitir-se do cargo que detinha no Ministério da Educação. Caso não o fizesse ser-lhe-ia instaurado um processo disciplinar. Mas a retaliação de Salazar foi mais longe. “Nobre Guedes foi demitido de todos os seus cargos oficiais. Mas a desforra não ficou por aqui: Salazar logrou, por meio de pressões, retirar-lhe também os postos que lhe tinham sido oferecidos em empresas privadas. Em resumo, condenou-o a um ostracismo absoluto e ao desemprego total. Se o pai e a mulher de Nobre Guedes não fossem ricos, este teria ficado na miséria e estou certo de que isso não demoveria o chefe do Governo”, escreve Homem de Melo, que reconhece o trabalho de Nobre Guedes. “Desejo que fique desde já esclarecido que, embora as nossas tendências políticas fossem discordantes quanto ao nazismo, conservo dele, como pessoa e como chefe, as melhores recordações. Durante o relativamente curto período em que fui seu subordinado, em Berlim, ele mostrou ser extremamente agradável e humano no trato e deu provas do maior respeito pelo pessoal que trabalhava sob as suas ordens.”

Encerrado o assunto, colocava-se, de novo, a questão: quem enviar para aquele malfadado posto? As alternativas não eram muitas e Portugal não podia dar-se ao luxo de um novo desaire. É então escolhido Pedro Tovar de Lemos, um diplomata de carreira, “brilhante, exigente mas muito justo” na apreciação de Homem de Melo. Salazar, porém, não gostava dele, porventura melindrado com uma resposta que, em 1936, o conde de Tovar lhe dera durante uma visita-surpresa que fizera ao Palácio das Necessidades (onde se encontrava e encontra o Ministério dos Negócios Estrangeiros). Espantado com as decorações douradas do antigo palácio real,

o chefe do Governo teria exclamado: "Tanto ouro". Tovar, metendo os dedos nos bolsos do colete e virando-os para fora retorquiu-lhe: "É verdade senhor presidente, muito ouro nas paredes mas muito pouco na algibeira dos funcionários". Homem de Melo, que assistiu à cena, conta que se seguiu um "silêncio gelado e mortal". "Salazar cerrou os lábios com força e, dando meia volta, saiu sem dizer mais nada." Tovar era igualmente detestado pelo secretário-geral, Teixeira de Sampaio, um homem inteligente mas com um grave problema de insegurança, porventura devido ao facto de ser um autodidata, que atingira um alto posto na hierarquia diplomática sem ter qualquer licenciatura. Sampaio teria ficado melindrado por Tovar, a propósito de uma questão relacionada com a Grécia, lhe ter chamado a atenção, publicamente, para que exportação e importação não eram propriamente a mesma coisa.

Em 1941, a representação portuguesa em Berlim estava já instalada num belo edifício rodeado de um bonito jardim. Na cave funcionava a chancelaria, tendo depois um andar nobre, todo em mármore, um segundo andar para residência do ministro e um último andar para alojamento de hóspedes e de pessoal. Em novembro de 1943, a legação ficou quase totalmente destruída durante uma vaga de bombardeamentos aliados, particularmente intensa. É mais uma vez Homem de Melo quem nos dá conta da situação.

"O ataque prolongou-se durante bastante tempo e a certa altura senti que o ar [do abrigo] estava viciado, pois como de costume, a cave encontrava-se repleta de gente. Fui então pedir ao guarda que ligasse o aparelho de renovação do ar; ele respondeu-me, em voz baixa, que o desligara propositalmente porque do exterior vinha um forte cheiro a fumo e temia que isso provocasse o pânico: tanto quanto supunha o edifício por cima de nós tinha sido atingido. Quando finalmente, saímos, todo o céu estava em fogo — era o edifício da legação de Portugal que ardia. Corri para lá e tentei subir a escadaria mas era tarde. A legação fora atingida por cerca de 30 bombas. O primeiro andar, construído em mármore, impedira a propagação do fogo à cave, o que salvara a chancelaria, que lá estava instalada. A garagem também escapara e, com ela, o meu carro. Mas do primeiro ao terceiro andar tudo estava completamente destruído e em chamas; e como, por erro crasso, o Governo português tinha recentemente mobilado a legação com grande luxo, todo esse valioso recheio se perdeu." Homem de Melo cuja casa já tinha sido bombardeada e vivia agora na legação ficaria, literalmente, apenas com a roupa que tinha no corpo só conseguindo renovar o guarda-roupa — um bem de difícil obtenção em Berlim — em Lisboa onde vem passar o Natal.

Após a destruição do edifício da legação, a representação diplomática portuguesa é transferida para o castelo Hohen-Finow, a 60 quilómetros de Berlim. Embora requisitado pelo Governo alemão, aqui continuavam a viver a sua propriedade, a condessa Reventlow com cinco filhos. Cavalheirescamente, Tovar, ao contrário do que geralmente faziam os outros diplomatas estrangeiros, que punham os donos das casas requisitadas a viver nas caves, acerta com Frau von Bethmann-Hollweg uma divisão equitativa da casa e comporta-se sempre como um hóspede. Apesar de mais agradável, a estada em Hohen-Finow não era prática para quem tinha de ir a Berlim várias vezes por

semana, sobretudo devido à escassez de senhas de gasolina, o que gerou por vezes alguns desentendimentos com o Ministério dos Estrangeiros alemão. Neste castelo ficarão quase até ao final da guerra. Aqui tomarão conhecimento do atentado falhado contra Hitler em julho de 1944. Em Hohen-Finow refugiaram-se alguns amigos dos donos da casa, comprometidos, de alguma forma, com o atentado. A resposta brutal não se fez esperar.

"Devo dizer que as semanas que se seguiram ao 20 de julho foram das piores que vivi na Alemanha: todos os dias se sabia de um amigo ou conhecido que havia sido barbaramente enforcado, cuja mulher fora enviada para um campo de concentração e separada dos filhos, encerrados em tenebrosas casas de correção. Contava-se que durante o segundo semestre de 1944 foram chacinados, por vezes da forma mais cruel, para cima de quatro mil pessoas, a maior parte de famílias nobres.", refere Homem de Melo, que tinha feito muitas amizades em Berlim, algumas das quais via agora desaparecer nesta viagem de repressão. Mas o desaparecimento de outra, mais antiga, já o tinha marcado profundamente.

No início da sua estada na capital alemã, Homem de Melo conhecera, através de um jovem português, uma rapariga alemã muito simpática de quem ele e a sua mulher se tornaram bastante amigos. Chamava-se Vera Durra e era judia. Isto não o impediu de, mesmo arriscando um incidente diplomático, prestar toda a assistência e ajuda possível não só a ela mas também à mãe, ao padrasto e à restante família de apelido Schlamm. Estes conseguiriam sobreviver clandestinamente em Berlim, até ao final da guerra, sob o falso apelido Schenk, graças ao apoio de vários alemães "arianos puros" e às senhas de racionamento que Homem de Melo partilhava com eles. Vera, contudo, não veria o fim da guerra.

Desesperada por ter de se esconder, tentou a sorte e contactou traficantes italianos de documentos para obter uma nova identidade. Infelizmente, seria presa pela Gestapo quando se dirigia ao local do encontro. Do comboio que a levaria a Auschwitz ainda envia uma carta à mãe. Nela incluiria uma fotografia de Homem de Melo onde no verso escrevera "Ajude-me". Depois de a localizar, o diplomata português negocia um suborno para a resgatar. Como os Schlamm não conseguiam juntar tanto dinheiro, Homem de Melo consulta a mulher sobre o que fazer. A resposta é pronta: "Está uma vida humana em jogo, temos de ceder esse dinheiro". É assim que parte das economias do segundo secretário vai parar às mãos de um elemento da Gestapo. O remanescente deveria ser entregue, em dólares, após a libertação de Vera. Tal nunca viria a acontecer, já que esta seria fuzilada em Auschwitz.

Em janeiro de 1945 já não há muitas dúvidas sobre a derrota alemã. O chefe de protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o barão von Dornberg, pede às representações estrangeiras que reduzam ao máximo as efetivos e ofereça a Tovar e a dois secretários alojamento para eles em Wustrau. O consulado português é fechado e o pessoal segue para Lisboa, bem como os portugueses que quiserem ser repatriados através da Suécia. As notícias de que as tropas russas se aproximavam semeiam o pânico entre a população civil, sobretudo feminina que receava uma onda de violações — o que veio a acontecer, não só por parte dos soldados russos mas também dos senegaleses que incorporavam o

exército francês. A tragédia milenar de quem não é tido nem achado na decisão da guerra. Em Berlim, ainda antes de partir para Wustrau, Homem de Melo visita os Schlamm que vivem escondidos numas águas furtadas. Não tem coragem de lhes falar da morte de Vera. Só no final da guerra ficarão a saber o que aconteceu à filha e enteada.

No início de fevereiro, Tovar e Melo ainda passam em Hohen-Finow para recolher as suas bagagens. O castelo está praticamente vazio. Os russos tinham forçado as linhas alemãs na Silésia e a debandada era geral. Os diplomatas portugueses vão primeiro para Wustrau e depois para Salzburgo. Com as ligações telefónicas e telegráficas cortadas, não havia forma de contactar Portugal. Essa ligação só se voltaria a fazer em meados de março. Tovar propunha-se a ir a Lisboa. O MNE recusa e acrescenta que deviam regressar a Berlim. Comenta Homem de Melo: "Não sei quais as razões da recusa de Lisboa, mas penso que ou Salazar não quis baixar o nível da representação portuguesa na Alemanha ou Teixeira de Sampaio não desejava ter o conde de Tovar em Lisboa."

Regressam no início de abril à capital alemã, instalando-se no Hotel Adlon, agora sem vidros nem água quente canalizada. Era o salve-se quem puder. Em meados do mês, von Dornberg insiste para que partam para Bad Gastei. Não confiando no chefe do Protocolo, e temendo ser usado como refém, Tovar acede em ir mas é ele quem escolhe o itinerário. A viagem é rocambolesca e cheia de incidentes por as estradas estarem pejadas de paliçadas e outros obstáculos para dificultar o avanço russo. A 17 de abril instalam-se no castelo de Almendingen. Aí, num domingo à tarde, Homem de Melo é acordado da sua sesta pelo conde de Tovar que lhe diz: "Os americanos estão à porta".

Os dois vão hastear a bandeira portuguesa à entrada do castelo o que provocou um incidente com o chefe da *Volkstrum* (milícia nazi) local. "Este, que era um hitleriano ferrenho, ordenou-me que arriasse imediatamente aquele pavilhão estrangeiro, cuja presença significava, de algum modo, a rendição. Recusei-me e coloquei-me junto do portão, com a mão direita no bolso, apertando a coronha do meu revólver. Estava decidido a usá-lo, se eles tentassem arriar a nossa bandeira. Felizmente, a tensão foi quebrada por um velhote da *Volkstrum* que gritou de repente: "Vamos mas é destruir as barricadas, senão eles dão cabo de tudo." Graças à bandeira portuguesa, o castelo foi respeitado.

Em Almendingen, acompanharão, através do rádio, a agonia dos berlinenses, a queda de Munique, a execução de Mussolini e a morte de Hitler. A guerra, na Europa chegava ao fim. A 22 de maio, dois jipes americanos escoltam os diplomatas portugueses até Bregenz, cidade austríaca na fronteira suíça. Como estava na área de influência francesa, o comandante francês impediu a entrada dos americanos que trataram de partir alegando que só vinham escoltar os portugueses. "Não quero saber! Vou levantar-lhes um auto!" retorquiu o francês. Após a partida dos jipes, voltou-se para os portugueses e disse: "Ah, ces Américains! Comme je les déteste! Je les emmerde tant que je peux!". Tovar e Homem de Melo entraram na Suíça pouco depois, dando por finalizada a representação diplomática portuguesa no III Reich. ●